

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional
Curso de Psicologia



Corpos subversivos e a luta por espaços de direito:
a importância da psicologia frente a promoção de políticas públicas

Aline Patrícia Neves Ramos

Pelotas, 2019

Aline Patrícia Neves Ramos

Corpos subversivos e a luta por espaços de direito:
a importância da psicologia na promoção de políticas públicas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Sally Knevez da Silva

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação na
Publicação

R175c Ramos, Aline Patricia Neves Ramos

Corpos subversivos e a luta por espaços de direito : a importância da
psicologia na promoção de políticas públicas / Aline Patricia Neves
Ramos ; Sally Knevez da Silva, orientadora. — Pelotas, 2019.

48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) —
Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Psicologia. 2. Saúde holística. 3. Saúde mental. 4. Minorias
sexuais e de gênero. 5. Política pública. I. Silva, Sally Knevez da, orient.
II. Título.

CDD : 159.9

Aline Patrícia Neves Ramos

Corpos subversivos e a luta por espaços de direito:
a importância da psicologia na promoção de políticas públicas

Trabalho aprovado, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 13/12/19

Banca examinadora:

Professora Sally Knevitz da Silva (Orientadora)
Doutora em Saúde e Comportamento pela Universidade Católica de Pelotas -
UCPel

Professora Marta Solange Streicher Janelli da Silva
Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Psicólogo Regis de Azevedo Garcia
Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG

SUJEITO DE SORTE

*Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado, Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado*

*Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro*

*Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado, Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado*

*Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro*

*Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado, Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado*

*Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro*

(Belchior)

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a minha mãe Rosa Neves, mulher guerreira e figura inspiradora que nesses anos de estudo se empenhou e trabalhou em dois empregos para que eu tivesse a oportunidade de seguir meu sonho. Queria agradecer também a minha madrinha Maria Aparecida (Cida) e meu Padrinho Aldemir por, durante esses anos de estudo, me incentivarem a nunca desistir.

Durante esses anos, alguns colegas de curso foram fundamentais para o meu crescimento enquanto pessoa e profissional. Quero agradecer aqui a Priscila e Mariana, que durante os últimos anos de graduação foram exemplos de profissionais a serem seguidos; as quais irei levar durante minha vida em meu coração.

Agradeço também aos meus amigos Diego e Jade, que desde o primeiro dia de aula nos tornamos amigos e que permaneceram comigo durante todos os momentos difíceis. Diego com sua racionalidade e tranquilidade e Jade me ensinando a nunca desistir e me trazendo sempre de volta ao planeta terra.

Não poderia me esquecer do Arthur e do Mateus, grandes figuras, que me mostraram as diferentes formas de ser psicólogo, rompendo os paradigmas da nossa profissão.

Entre os meus colegas, não poderia esquecer o Eduardo e a Renata. Ela, a mãe do rolê, figura maternal muito importante e um ombro para chorar nos momentos difíceis e de saudade. E o Eduardo, com quem tive a oportunidade de trabalhar durante dois anos e que, apesar de sermos tão diferentes, me percebi tão igual no cuidado e na sensibilidade com o outro.

Agradeço também aos membros do NUGEN que estiveram comigo e me ajudaram na construção desse trabalho. Em especial ao Rodrigo Silva, meu burocrata favorito, que me fez ver além dos meus olhos e enxergar além daquilo que eu julgava como importante. Agradeço a coordenadora do núcleo e professora Eliane Pardo, que me ajudou desde o início na construção e processo desse projeto. Além de agradecer a universidade pela oportunidade dessa bolsa de trabalho e a experiência e oportunidade de formação.

Quero também agradecer a todos os órgãos como a Prefeitura da cidade de Pelotas, a Secretaria de Saúde, a Organização da Semana da Diversidade e os demais, que tive contato e oportunidades de criação de redes de apoio. Em

particular, ao colegiado do curso de psicologia da UFPel que, em parceria, proporcionou a inclusão de estagiários no NUGEN.

Em especial, quero agradecer a minha orientadora Sally que há tão pouco tempo conheço, mas que foi capaz de romper com as minhas inseguranças e me ajudar no processo difícil que foi a construção desse trabalho, além de me mostrar o quanto sou capaz e me empoderar das minhas capacidades.

Por ultimo queria agradecer a Júlia, mulher que há tão pouco tempo entrou em minha vida, me fez enxergar o meu melhor, me ajudou a recuperar a revolucionária que há dentro de mim, e que em tão pouco tempo me fez amar.

Resumo

RAMOS, Aline Patricia Neves. **Corpos subversivos e a luta por espaços de direito: a importância da psicologia na promoção de políticas públicas.** Orientadora: Sally Knevitz da Silva. 2019. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Através de uma pesquisa bibliográfica aliada a uma construção narrativa, este trabalho procura levantar os diversos atravessadores que modificam as vidas da população LGBTI+, tida como minoritárias em nossa sociedade. O trabalho discorre sobre conceitos já estabelecidos e determinados pelas pesquisas sociais do século XX buscando inspiração em autores chaves, aliados as experiências vivenciadas por uma bolsista de ensino em um núcleo de uma instituição federal universitária. O texto vai abordar o conceito de biopolítica na visão de Michel Foucault. Problematizar a construção de gênero com a autora Judith Butler, além de conceitualizar as instituições e seus meios de controle com uma análise institucional de acordo com Gregório Barenblitt. E por fim vai analisar a importância da psicologia na construção de políticas públicas, mostrando a importância da psicologia dentro dos espaços universitários e seu olhar para o indivíduo e seus sofrimentos singulares. Para exemplificar os conceitos com o trabalho feito dentro da Universidade Federal de Pelotas foi criado uma estória de um corpo trans.

Palavras-chave: Saúde Mental; Saúde Holística; Política Pública; Minorias Sexuais e de Gênero.

Abstract

RAMOS, Aline Patricia Neves. **Subversive Bodies and the fight for rightfull spaces: the importance of psychology in the promotion of public policies.**

Advisor: Sally Knevez da Silva. 2019. 46 f. Undergraduate thesis – Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Through a bibliographic research allied to a narrative construction, this essay seeks to raise the various elements that permeate and modify the lives of the LGBTI+ population as a minority in our society. The essay presents concepts already established and determined by the twentieth century social research seeking inspiration from key authors, allied to the experiences lived by a scholarship holder in a nucleus of a federal university institution. the text will approach the biopolitics, in the vision of Michel Foucault. Discuss the gender construction with the autor Judith Butler, as well as conceptualizing the institutions and its meanings of control with an institutional analysis, according with Gregório Baremlitt. In the end, it will analyze the importance of psycology in the construction of public policies, showing the importance of psycology in the university spaces and it's look at the individual and his particular sufferings. To exemplify the concepts with the work done within the Federal University of Pelotas has been created a story of a trans body.

Keywords: Mental Health. Holistic Health; Public Policies; LGBTI+; Sexual and Gender Minorities.

Lista de Abreviaturas e Siglas

CRA	Centro de Registros Acadêmicos
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais
NUGEN	Núcleo de Gênero e Diversidade
PRAE	Pró Reitoria de Assuntos Estudantis
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas

Sumário

1 Introdução	11
2 Metodologia	13
3 Objetivos	14
3.1 Objetivo Geral	14
3.2 Objetivos Específicos	14
4 Desenvolvimento Teórico	16
4.1 Construções de gênero e sexualidade	16
4.2 Biopolítica e as relações institucionais	18
4.3 Políticas públicas.....	23
4.4 História do NUGEN	28
4.5 A importância do NUGEN e da Psicologia na construção de políticas públicas ao longo da história	30
5 Discussão dos resultados	37
6 Considerações Finais	40
7 Referências	41
APÊNDICE – Estória de um corpo trans	44

1 Introdução

Este trabalho visa fazer uma análise institucional e das relações sociais dentro da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), na busca e construção de políticas públicas para a população LGBTI+. Para tanto, faz um levantamento de todos os atravessadores que influenciam, direta ou indiretamente, as necessidades das populações minoritárias atendidas por um órgão criado pela gestão atual da reitoria desta universidade. O texto estabelece relações entre as construções sociais institucionalizadas e seus mecanismos de controle, buscando conceitos já estabelecidos e nomeados nas obras filosóficas, sociais e psicológicas. O trabalho critica essas construções buscando embasamento em autores como Judith Butler, Michel Foucault e Gregório Barenblitt, entre outros, mostrando como esta institucionalização de determinantes biológicos binários influencia diretamente nas vidas dessas pessoas. Para demonstrar esta relação, utiliza-se também uma narrativa construída a partir de discursos ouvidos nos trabalhos de campo de acolhimento do núcleo criado pela universidade.

O binarismo homem/mulher marca o funcionamento social eurocêntrico, determinando padrões de funcionamentos da nossa existência, sexualidade e essência, baseados em um padrão biológico. Butler utiliza do conceito de heteronormatividade, para questionar essa construção de gênero. Ao longo deste trabalho, então, são proporcionados questionamentos sobre o quanto o binarismo interfere nas relações institucionais, utilizando-se do que chamamos de biopolítica.

A biopolítica pode ser conceituada como a maneira que os poderes institucionalizados utilizam para controlar a vida dos indivíduos, ou seja, formas para manter o domínio da população. O texto explora as diversas maneiras que o Estado encontra para manter esse controle e alcançar seus objetivos a partir das instituições, melhor explicadas no decorrer do texto pela perspectiva de Foucault.

O Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGEN) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), foi uma iniciativa da atual gestão (2017-2020) da reitoria, criado para executar trabalhos alinhados as pautas minoritárias como os feminismos, lutas LGBTI+ e combate ao assédio dentro do espaço acadêmico. Este trabalho foi pensado através da experiência da bolsista deste curso de psicologia, suas vivências e propostas de melhoria do acolhimento e de construção de políticas públicas voltadas à população LGBTI+.

Políticas públicas podem ser definidas como estratégias de ação que governos utilizam para alcançar determinado objetivo, o trabalho aborda a importância dessas políticas para a comunidade LGBTI+ e a luta para a conquista destas políticas amarradas as práticas da psicologia, de extrema importância para esta construção, pois proporciona um olhar humanizado para o indivíduo e suas singularidades.

A sigla LGBTI+ utilizada ao longo do texto representa as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, sendo que o sinal de + é utilizado como símbolo para referenciar as diversas nomenclaturas de identidades de gênero existentes. O termo “*LGBTfobia*”, mencionado diversas vezes neste trabalho, é uma expressão desenvolvida na militância, pelos próprios sujeitos em foco, para designar o conjunto de violências perpetradas contra a população LGBTI+ em virtude da sua orientação sexual ou identidade de gênero. Foi aprovada pelos participantes da Plenária Final da 3ª Conferência Nacional LGBTI+, ocorrida no ano de 2016 em Brasília/DF e constituída como instância máxima legal desta população, onde as maiores representações civis na luta pelos direitos a vida estavam presentes, na construção de políticas para a comunidade.

A construção deste trabalho é importante, pois serve como análise das relações institucionais e aponta comportamentos naturalizados que muitas vezes passam despercebidos. Ademais, pode possibilitar às instituições autoanálise para a manutenção e a construção de novas políticas, visto que salienta a importância de se ver o sujeito com suas individualidades e particularidades, rompendo a lógica de uma política para todos e mostrar que precisamos, sim, nos atentar a tipos diferentes de vivências.

2 Metodologia

Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com revisão narrativa de literatura. Esta metodologia é útil para buscar, descrever e contextualizar alguns temas como heteronormatividade, institucional e biopolítica. Também permite análise crítica destes tópicos dentro da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul. Afinal, é considerada como modo de reunir “informações relevantes de caráter teórico e contextual para evolução de um determinado tópico de estudo.” (FARO & PEREIRA, 2013, p.79). Além disso, optou-se por utilizar a linguagem em primeira pessoa no tópico específico do Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGEN) desta Universidade, a fins de captar as relações institucionais e possibilitar ao leitor reflexão mais aprofundada a partir da perspectiva pessoal de vivência desta aluna enquanto bolsista no referido Núcleo. Esta decisão diz respeito a abarcar aspectos da vivência do pesquisador, considerados em outras metodologias de pesquisa, e será explicitada através da utilização de uma estória criada pela aluna a partir de suas vivências. Trata-se de uma ilustração elaborada a partir do acompanhamento de alguns sujeitos ao longo do período de atuação no NUGEN, unindo aspectos comuns a eles e que corroboram para a compreensão dos conceitos e das teorias aqui abordados. Para tanto, tal estória será considerada em partes ao longo de todo este trabalho e citada na íntegra, conforme construída pela autora, no apêndice A.

Para operacionalizar a revisão de literatura e como tentativa de abarcar informações consideradas relevantes, foram utilizadas buscas nas bases de dados *Pepsico* e *Scielo*, bem como nas bibliotecas da UFPel e particular. Para isso, sempre que as buscas foram realizadas nas bases de dados, foram utilizados os descritores reconhecidos pelo sistema DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), vinculado à Biblioteca Virtual em Saúde. Além disso, também buscou-se considerar outras fontes de informação que, embora não sejam referentes a trabalhos científicos, são igualmente importantes, a saber: cartilhas, discursos e relatórios do Ministério da Saúde e de Secretarias de Saúde; dados e relatórios de *sites* da militância LGBTI+. Esta revisão foi realizada no período de maio a novembro de 2019.

3 Objetivos

3.1 Objetivo Geral

Descrever a atuação da psicologia na construção de políticas públicas para a população LGBTI+ a partir do Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGEN) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul.

3.2 Objetivos Específicos

- Conceitualizar LGBTI+;
- Conceitualizar o gênero em sua construção social;
- Conceituar e problematizar a heteronormatividade conforme Judith Butler;
- Conceituar biopolítica para Michel Foucault;
- Conceituar a instituição para Gregório Barenblitt;
- Refletir sobre a importância do acolhimento humanizado e da escuta especializada frente aos encaminhamentos necessários;
- Diferenciar o papel da escuta qualificada feita pelo profissional da psicologia e o acolhimento ao lidar com as especificidades dos sofrimentos do indivíduo LGBTI+;
- Citar a importância de políticas públicas para promover saúde à população LGBTI+;
- Citar o papel dos órgãos oficiais para acolher a população LGBTI+;
- Contextualizar historicamente o surgimento da psicologia enquanto ciência;
- Problematizar as raízes do pensamento da psicologia e as suas interferências no processo da escuta ao sujeito LGBTI+;
- Contextualizar a criação e o funcionamento do NUGEN;
- Definir o papel de políticas públicas para a população LGBTI+;

- Compreender a importância das lutas LGBTI+ para a construção de políticas públicas;
- Conceitualizar as demandas da população LGBTI+ na UFPel acolhidas pelo NUGEN;
- Exemplificar os conceitos da biopolítica, institucional e heteronormatividade com a realidade no NUGEN e UFPel.

4 Desenvolvimento Teórico

4.1 Construções de gênero e sexualidade

Muitos autores, de diferentes áreas, como antropologia, filosofia e psicologia, tentam explicar o gênero e sua existência através de diferentes perspectivas. Para esse trabalho, optei por utilizar a teoria *Queer*, da autora Judith Butler, pois está entre as mais utilizadas no campo da pesquisa de gênero, visto que apresenta base conceitual associada a Michel Foucault e se aproxima de correntes de pensamentos pós-estruturalistas.

Butler conceitua e explica um processo de desconstrução de gênero, a partir, por exemplo, do conceito de heteronormatividade. Para ela, o Sujeito é mutável e moldado através da sociedade e está sempre em constante mudança. Isto significa que a Identidade de Gênero desse Sujeito não pode ser analisada como algo fixo, imutável, pré-determinado pelo seu sexo biológico.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (BUTLER, 2010, p. 195),

O “Corpo” para Butler não é algo natural, mas moldado pela cultura na qual ele está inserido. Na cultura eurocêntrica, esse corpo é esculpido pelo binarismo homem/mulher e por toda a construção de normas e comportamentos esperados dessas categorias, o que consiste na heteronormatividade. Para Butler, então, não é possível ao sujeito viver fora dessa norma e ser totalmente livre. Esta falta de liberdade está, por sua vez, relacionada ao conceito da autora de subversão, que consiste em formas de burlar as expectativas de gênero que os corpos encontram.

Que performance inverterá a distinção interno/externo e obrigará a repensar radicalmente as pressuposições psicológicas da identidade de gênero e da sexualidade? Que performance obrigará a reconsiderar o lugar e a estabilidade do masculino e do feminino? E que tipo de performance de gênero representará e revelará o caráter performativo do próprio gênero, de modo a desestabilizar as categorias naturalizadas de identidade e desejo? (BUTLER, 2010, p. 198).

Para desconstruir a determinação de gênero, faz-se necessário separar e entender as seguintes diferenças: sexo é definido pela anatomia biológica

pênis/vagina, enquanto gênero significa a construção de normas e comportamentos embasados na anatomia sexual. Isto é relevante porque toda a construção de “sociedade” é baseada nesse binarismo e nos papéis impostos no nascimento. Butler desconstrói este contexto, considerando que as instituições são moldadas segundo essa ideia e tudo aquilo que tenta subverter o que está instituído é excluído de alguma maneira. Assim, a heteronormatividade resume-se às normas dominantes estabelecidas nas relações sociais.

Leticia Lanz, ao analisar e discorrer sobre “O corpo da roupa”, explica: “podemos descrever sexo como aquilo que a pessoa traz entre as pernas, gênero como aquilo que traz entre as orelhas e orientação sexual como quem ela gosta de ter entre os braços”. (2014, p.41). Neste trecho, a autora tenta expor as diferenças entre sexo, sexualidade e identidade de gênero, apontando esses fatores como independentes entre si. Além disso, Lanz corroborando com os conceitos de Butler, ressaltando que sexo é biológico, sendo que a dicotomia macho/fêmea é baseada em características biológicas. No entanto, vale salientar que mesmo dentro da normalidade biológica, existem pessoas intersexuais, que nascem com os sistemas reprodutores designados pelos dois sexos. Já a sexualidade está no campo afetivo, pois diz respeito a com quem o sujeito irá se relacionar sexualmente e afetivamente. Sendo que a identidade de gênero é a maneira como este sujeito enxerga a si mesmo no mundo e nos seus relacionamentos com o outro (como homem, mulher, ambos ou nenhum dos dois). Assim, cada sujeito tem o direito de perceber e entender a si mesmo como quiser dentro dessa gama que é o universo, ao invés de limitar-se a regras impostas por uma sociedade normativa.

Considerando essas teorias, pode-se compreender o NUGEN como forma de subversão dentro do espaço universitário, que busca proporcionar a criação de alternativas e a instalação de políticas que melhorem a qualidade de vida e a ocupação desses corpos estranhos à sociedade, tais como o *gay* e o transsexual, dentro dos espaços da academia. De maneira que, quando esses corpos subversivos, e historicamente marginalizados, tentam ocupar espaços “que não lhes pertencem”, esbarram em resistências e o Núcleo os auxilia no enfrentamento dessas dificuldades, na medida em que funciona como respaldo institucional para protegê-los. Assim mostrando que pertencem, sim, a estes espaços universitários.

4.2 Biopolítica e as relações institucionais

Foucault (2010) comenta em seu livro “Em Defesa da Sociedade” o conceito de biopoder, isto é, as estratégias de poder que o Estado cria para manter o controle social através de instituições e de regulamentações da sociedade. Na idade média existiam os feudos, e os senhores feudais, juntamente com a nobreza, eram os donos das terras, tendo a responsabilidade de proteger seus servos, como retribuição pela proteção contra qualquer outra força que colocasse em risco a comunidade feudal.

Com o tempo os feudos inflaram, sendo construídas zonas de comércio à sua volta chamadas de burgos. A sociedade começa a crescer demograficamente e as navegações influenciam o sistema mercantil e de trocas entre os feudos, de maneira a transformar a sociedade feudal em sociedade burguesa. Neste contexto, foi necessária a criação de instituições que docilizassem os corpos da população em franco crescimento, como: as instituições manicomial, psiquiátrica, prisional, de educação e mesmo a instituição família, na clássica formatação burguesa de “papai” e “mamãe” com sua prole.

O que se esboça através dessa campanha é o imperativo de uma nova relação pais-filhos, mais amplamente, uma nova economia das relações intrafamiliares: consolidação e intensificação das relações pai-mãe-filhos... inversão dos sistemas das obrigações familiares (que iam, outrora, dos filhos aos pais e que, agora, tendem a fazer da criança o objeto primeiro e incessante dos deveres dos pais...), aparecimento do princípio de saúde como lei fundamental dos vínculos familiares, distribuição da célula familiar entorno do corpo – e do corpo sexual. (FOUCAULT, 201, p.418)

Assim, a família passa a ser a primeira instituição de controle do corpo, pois é onde aprendemos os primeiros “valores”. A instituição familiar é um dos primeiros controles que moldam o indivíduo, criando e fortalecendo as raízes morais que vêm sendo impostas desde o seu nascimento até a posterior docilização do corpo. As instituições tem uma base no Estado, para que ele consiga atingir suas metas de poder, e a família, nesse sentido, vem sendo moldada desde a Idade Média através dos aspectos religiosos e das regras e dos medos impostos pela Igreja. Isso faz com que a família docilize seus membros para que não se apresentem perante a sociedade como desejam, mas como esta sociedade espera – o que refletirá nos aspectos relacionados a sexualidade e gênero, abordados em tópico seguinte. Além

disso, o discurso patriarcal está se fazendo presente novamente, perpassado pelas concepções de inferioridade e superioridade, indo contra as tentativas de empoderamento da mulher, por exemplo, e adoecendo os sujeitos.

Para explanar de modo mais claro estes conceitos a partir das vivências acadêmicas, utiliza-se como exemplo a estória do apêndice A. Neste caso, a instituição família se atravessa quando o aluno precisa de sua mãe para alterar o seu nome no sistema, pois, sendo menor de idade o Estado entende que ele não é responsável pelo seu próprio corpo e não possui autonomia.

O Estado, mesmo que “democrático”, cria maneiras para o controle dessas populações que fogem às normas de conduta. A família tradicional, como observado no exemplo, é moldada por uma moral cristã conservadora e a igreja vem como seu alicerce. A estrutura familiar na modernidade foi criada para o controle do indivíduo, para a manutenção do tradicionalismo cristão, para conservar posses e o poder da igreja. Atualmente, no Brasil vemos um retorno deste discurso forte dos conservadores, citado acima, para a restauração da família brasileira, ou seja, voltar a fortalecer esses valores hoje enfraquecidos.

Além da Igreja com o controle moral já falado, ainda existem várias formas de se controlar a população, como hospitais com suas ideias higienistas, o exército para controle da rebeldia, a escola para educar mão de obra, etc. Essas instituições impõem regras de conduta e moral e, aqueles que não as seguem ao longo da história, são excluídos. Na modernidade rotulava-se os excluídos de loucos, hoje diz-se que são pessoas taxadas com diagnósticos. Antes eram pessoas trancafiadas em manicômios, presas e mortas; hoje, são medicadas.

(...) vemos crescer no exército, nos colégios, nas oficinas, nas escolas, todo um disciplinamento do corpo, que é o disciplinamento do corpo útil. Aperfeiçoando-se novos procedimentos de vigilância, controle de distribuição do espaço, de anotação, etc. Temos todo um investimento do corpo por mecanismos de poder que procuram torna-lo ao mesmo tempo dócil e útil. (FOUCAULT, 2002, p. 244)

Logo, fica evidente que o poder disciplinador dos corpos tem essa finalidade, constituindo uma maquinaria que não abre lugar definido para minorias existirem e que as coloca à margem, em abandono, em um submundo. Essas formas de controle, as quais Foucault nomeia primeiramente de poder disciplinar, acima comentado, também ganhou um outro nome à medida que os séculos burgueses

foram se apropriando da política e do capital. A biopolítica vem instalar um outro tipo de estratégia de dominação que compõe com o poder disciplinar na arquitetura do biopoder. A biopolítica diz respeito a regulamentação da vida, um controle que incide sobre a espécie como um todo, que coloca normativas de como se viver, de maneira a trazer uma previsibilidade dos acontecimentos da vida.

Essas regulamentações da vida e disciplinarização dos corpos são instituídas a partir das estratégias de controle do biopoder, as quais demarcam as questões relativas à sexualidade e ao gênero, como o tema da heteronormatividade enquanto padrão, explicado anteriormente a partir da teoria de Judith Butler. Para essa autora, a identidade de gênero seria uma construção social independente da nossa sexualidade biológica. Assim, o campo de gênero é tão diverso que há dificuldade de listar aqui todas as possibilidades de existências de gênero que teríamos na produção social. A intenção de Butler era identificar esses gêneros como homem, mulher, não binário, gênero fluído. Ademais, pretendia nominá-los e, por consequência, desnaturalizá-los, pois seriam “apenas” construções sociais e uma maneira de identificação do indivíduo no mundo, rompendo com as dicotomias discursivas de gênero nas quais, aparentemente, seríamos homens ou mulheres. Vale salientar que hoje estas identidades são necessárias para dar visibilidade à diferença, para a criação de políticas públicas e garantir suas aplicações além de seguridade social.

Para explicar o rompimento desses ciclos internos, pode-se utilizar o conceito de instituinte na visão de Baremlitt, onde “é o processo mobilizado por forças produtivo-desejantes-revolucionárias que tende a fundar instituições ou transformá-las, como parte do devir das potências e materialidades sociais” (2002, p.157).

Associado a isto, cabe lembrar que os estudos sobre os Movimentos Institucionalistas surgiram na França nas décadas de 40 e 50, em um contexto de movimentos sociais e novos estudos na sociedade francesa. No Brasil, os estudos institucionais começaram a partir dos anos 70. Baremlitt (2002) em seu livro “Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática” define que a sociedade é uma teia de instituições, que se encadeiam para regulamentação da vida humana e as relações. Nesta perspectiva, conforme o mesmo autor, instituições “são árvores de decisões lógicas que regulam as atividades humanas, indicando o que é proibido, o que é permitido e o que é indiferente.” (Baremlitt, 2002, p.156). Assim, são órgãos que regulamentam a vida, sendo que sua análise perpassa pela

nossa sociedade capitalista e pelos processos que moldam a formação e funcionamento das leis e normas.

Essas instituições são abstratas, formam-se de princípios morais e leis que, ditam normas e comportamentos, e se adaptam com o tempo de acordo com as conversões sociais. Pode-se perceber o conceito mais claramente em um exemplo dado em seu livro sobre a linguagem como instituição:

(...) a instituição da linguagem. Ela caberia nesta definição que formatamos quando a pensamos em termos gramaticais. A gramática não é nada mais que um conjunto de leis, de normas que regem a combinação de elementos fônicos, de unidades de significação na linguagem. Com a combinação desses elementos, conforme indicado por essas leis, pode construir-se um infinito número de mensagens, de tal modo que estas mensagens são compreensíveis para qualquer falante ou ouvinte dessa língua. Então, como se pode ver, no final das contas, uma gramática é uma instituição que explicita as opções de acordo com as quais se vão produzir mensagens, consideradas gramaticais ou agramaticais, os prescritos ou os proscritos. É claro que, no caso da língua, não estarão estipulados também os prêmios e os castigos para quem usa de forma correta ou incorreta a língua, que é o que acontece em outros tipos de instituição. Mas o preço de seu desconhecimento ou transgressão é óbvio: a incomunicabilidade dentro do universo humano, pelo menos dentro desse universo humano em particular. (BAREMBLITT, 2002, P. 26)

As instituições se solidificam/materializam através de Organizações para alcançarem seus objetivos, podendo se organizar de formas simples ou complexas. Estas executam, no concreto, o abstrato das instituições.

Para vigorar, para cumprir sua função de regulação da vida humana, as instituições têm de realizar-se, têm de "materializar-se". E em que elas se materializam? Em dispositivos concretos que são as organizações. As organizações, então, são formas materiais muito variadas que compreendem desde um grande complexo organizacional tal como um Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda etc. – até um pequeno estabelecimento. Ou seja, as organizações são grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que concretizam as opções que as instituições distribuem e enunciam. Isto é, as instituições não teriam vida, não teriam realidade social senão através das organizações. Mas as organizações não teriam sentido, não teriam objetivo, não teriam direção se não estivessem informadas como estão, pelas instituições. (BAREMBLITT, 2002, P. 27)

Para sobreviverem, as instituições se adaptam as necessidades básicas, como o sexo e o casamento e, dentro dessas, estabelece regras a serem seguidas. A família, por exemplo, é uma instituição que, como citado anteriormente, na sua criação teve um cunho político e econômico, com o passar das gerações tem

modificado a sua base moral juntamente com sua estrutura, para a manutenção do poder dessa instituição.

Retomando-se a estória contada, quando a professora se recusa a chamar o aluno pelo nome que ele escolheu, ela “atravessa” todos os seus valores aprendidos e enraizados ao longo da vida. No entanto, alguns dos seus valores morais tem sido questionados socialmente e isto faz com que ela, professora, não encontre justificativa para desrespeitar o desejo do aluno – então, coloca na instituição o motivo de seu comportamento e utiliza, assim, o argumento de ser limitada pelo nome que consta no sistema da Universidade. O NUGEN, como representante desta mesma Universidade, vem subverter esses preconceitos institucionalizados, buscando esquivas nessas mesmas leis. Subverte, portanto, o sistema a partir do enfrentamento e, por isso, ilustra a necessidade de entender como funcionam as relações organizacionais que trabalham para as instituições a fins de mudá-las.

4.3 Políticas públicas

Para explicar a importância da psicologia no desenvolvimento de políticas públicas é importante definir o seu significado no sentido amplo e político. São definidas como políticas públicas uma mescla de ações decididas pelos governos nacionais, estaduais e municipais, com o objetivo de garantir o direito à cidadania. Podem ter a participação direta ou indireta de órgãos privados para alcançar este objetivo.

Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. (Manual Políticas Públicas, 2008, p.5)

Como vivemos em uma democracia, elegemos nossos representantes e esses são responsáveis pela manutenção e distribuição da verba pública, seja para criação de uma rodovia ou de uma universidade. Nomeamos representantes de acordo com nossos ideais e valores. Como valores e objetivos são diversos, em uma democracia surgem grupos distintos e, conseqüentemente, a disputa por poderes. Não necessariamente isto é negativo, pois a democracia também tem o papel de nos ensinar a dialogar com as diferenças em busca de uma política que tente abarcar as necessidades de uma maioria. Porém, tais disputas por poderes passam a ser algo negativo quando “burlam as leis”, colocam em riscos as instituições democráticas e excluem aqueles que não se adequam aos seus interesses. Neste sentido, também pode-se compreender que:

Políticas Públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses. Tais interesses podem ser específicos – como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região – ou gerais – como demandas por segurança pública e melhores condições de saúde. (Manual Políticas Públicas, 2008, p.6)

Quando se trata da manutenção e formação de políticas públicas no Brasil, os interesses e os “jogos” políticos acabam sendo colocados primeiramente, antes das causas sociais que as demandam. Nesta perspectiva, é importante explicar a diferença entre políticas de Estado e políticas de Governo, para melhor a compreensão do retrocesso atual das pautas LGBTI+. Entende-se como política Governo aquelas que incluem a efetivação e criação das agendas partidárias que envolvem o poder Executivo, como cita o diplomata Paulo Roberto de Almeida:

Políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna – pela dinâmica econômica ou política-parlamentar, por exemplo – ou vindos de fora, como resultado de eventos internacionais com impacto doméstico. Elas podem até envolver escolhas complexas, mas pode-se dizer que o caminho entre a apresentação do problema e a definição de uma política determinada (de governo) é bem mais curto e simples, ficando geralmente no plano administrativo, ou na competência dos próprios ministérios setoriais. (ALMEIDA, 2016)

No Brasil, a maioria das políticas públicas implementadas para a população LGBTI+ foi criada como uma política de Governo, que se firma em projetos de interesse dos atuais governantes. Conseqüentemente, a atual representação apresenta estratégias para rejeitar e desfazer aquilo que foi criado ou consolidado no Governo anterior. Como exemplo, cita-se que, aos poucos, o atual mandato brasileiro tem retirado os direitos LGBTI+ das suas prioridades, como identificado a partir da Cartilha (O Ministério Público e a igualdade de Direitos para LGBTI, 2017) em que não constam nas versões atuais, e no site referência do governo consta a página LGBT sem nenhuma atividade atualizada desde 2018, já que foi retirada como prioridade do Governo. Outro exemplo da realidade brasileira é a censura do Governo aos direitos garantidos à população LGBTI+ em outros períodos históricos, percebida atualmente pela extinção do Ministério dos Direitos Humanos e por discursos oficiais, justificando a não atuação frente à criação e manutenção de políticas públicas para esta população. Por conseguinte, se não há documentação oficial, não há normativa e possibilidade de consolidação. Entre esses discursos, cita-se o da posse do atual presidente:

Temos diante de nós uma oportunidade única de reconstruir o nosso País e de resgatar a esperança de nossos compatriotas. Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas. Pretendo partilhar o poder de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil, do poder central para estados e municípios. Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. (VEJA, 2019)

Além disso, não há documentos oficiais do atual mandato sobre tais mudanças atingindo de modo negativo a população LGBTI+. Isso também corrobora com o conceito citado anteriormente, de que uma política pública consolidada geralmente tem base de Estado, em termos normativos e legais, como explanado abaixo:

Políticas de Estado, por sua vez, são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar... pois políticas de Estado, que respondem efetivamente a essa designação, geralmente envolvem mudanças de outras normas ou disposições pré-existentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade. (ALMEIDA, 2016)

Em contrapartida, percebe-se avanço a partir da consideração da nomenclatura *transsexual* e da homofobia enquanto leis, constituindo as políticas de Estado. O problema é que estas normativas legais não são suficientes para promover as mudanças sociais contrárias ao preconceito e às diversas manifestações de violência para a população LGBTI+. Afinal, como citou-se anteriormente, o objetivo da instauração de políticas públicas é garantir o acesso à cidadania, buscando o bem-estar e a saúde dos sujeitos.

Outro aspecto a ser considerado é que o Estado é preconceituoso em sua base institucional, como mencionado ao longo deste trabalho, e as políticas públicas vem para tentar instaurar e naturalizar alguns pensamentos morais instaurados por

décadas, o ataque político as pautas LGBTI+ e aos seus militantes, o aumento no índice de violência mostram o quanto essas pautas mexem nos valores cristãos naturalizados.

(...) o Estado é processo, prática, lógica, forma de sujeição, arena de conflitos e um “fazer” que se observa tanto na demanda por direitos quanto na execução da política pública. Desse modo, o Estado não se restringe a uma unidade, pelo contrário, trata-se de uma complexidade, em determinados tempos e espaços, a depender de quem se movimenta e dos conflitos em que se vê inserido. (FEITOSA, 2019)

No Brasil, o primeiro programa governamental que tomou proporções nacionais como prioridade dos governantes foi o programa “Brasil sem Homofobia” iniciado no ano de 2003 pelo governo Lula que durou até o ano de 2010, vale lembrar que essas conquistas só foram alcançadas pelos movimentos sociais, que sempre lutaram e pressionaram os governos para ter o direito a vida. Com esse programa surgiram os primeiros movimentos nacionais de luta, que ajudaram na construção de políticas e como forma de pressão ao governo para implementação das mesmas. Os centros de referências LGBTI+ espalhados pelo país que oferecem no âmbito jurídico e social para a população são um exemplo de conquistas dessas lutas.

É mais fácil falar do que transformar as palavras em coisas concretas porque aí é preciso medir a correlação de forças na sociedade. Mas uma coisa sagrada vocês fizeram: vocês conseguiram quebrar a casca do ovo. Vocês conseguiram gritar para o Brasil que vocês existem e que vocês querem, nada mais, nada menos do que ninguém, ser brasileiros, trabalhar e viver respeitados como todos querem ser respeitados no mundo. Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso na abertura da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT, Brasília, 2008. (FEITOSA, 2019)

Considerando-se estes conceitos no âmbito específico do NUGEN, abarcado neste trabalho, pode-se compreender o risco de que as atividades sejam encerradas quando houver troca de gestão. Afinal, embora sejam reconhecidas a importância e eficácia de suas atuações ao lidar com as demandas da população LGBTI+ na

Universidade, elas ainda não foram institucionalizadas e, por isso, são dependentes dos seus responsáveis.

Como explicitado de modo mais direto no tópico seguinte, o Núcleo foi criado a partir da identificação da necessidade de estruturar políticas públicas e afirmativas. Afinal, surgiu com o objetivo de criar normativas dentro da Universidade a partir de uma significativa demanda envolvendo *LGBTfobia*, machismo e outros problemas, com a intenção, pelos seus criadores e idealizadores, de reduzir toda forma de preconceito neste ambiente.

Um exemplo de como a universidade vem empenhando-se para estruturar políticas para a comunidade LGBTI+ é proporcionar, no seu sistema interno, a mudança do nome social, sem exigir uma documentação oficial até o momento da emissão do diploma, pois identificou-se que nem todos os estados se faz a "carteirinha" com o nome social. Assim, mesmo até que o sujeito consiga oficializar a retificação do seu nome de modo legal, dentro das dependências da universidade poderá utilizar o nome que desejar.

4.4 História do NUGEN

O Núcleo foi criado em 2017 em conjunto pelo gabinete da Reitoria com o apoio da atual gestão da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul. Tem como missão principal construir uma política institucional afirmativa nos campos de gênero e diversidade sexual, por meio de um coletivo universitário alinhado na criação de procedimentos, rotinas, protocolos, métodos de abordagens, de acolhida e de encaminhamento de demandas da comunidade acadêmica em torno das bandeiras desses movimentos.

Tem como propósito um trabalho voltado para o diálogo, a escuta e a realização de encaminhamentos, absorvendo como pautas a igualdade de direitos e a não discriminação por sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Atua diretamente no combate a machismo, sexismo, misoginia e *LGBTfobia* na universidade, prezando pelos valores de paz, generosidade, respeito, tolerância e sensibilização.

Entre os objetivos do núcleo estão: promover acolhimento humanizado e encaminhamentos de denúncias oriundas da comunidade universitária; divulgar, promover e fomentar ações na universidade e em outras regiões; planejar e executar ações no campo de formação; promover campanhas, eventos e debates sobre direitos da mulher e diversidade sexual; construir um espaço de acolhimento e centro de convivência entre os alunos e os diferentes núcleos da universidade; criar um coletivo LGBTI+. Para isso, o NUGEN trabalha em cinco frentes de ação, sendo elas: comunicação, denúncia, formação, infraestrutura e saúde/cidadania.

Atualmente, é composto por uma coordenadora, um técnico, duas bolsistas (psicologia e design gráfico), quatro estagiários básicos de psicologia e alunos voluntários de diversos cursos de graduação. Trabalha em redes, juntamente com diversas coordenações, técnicos administrativos, professores, lideranças comunitárias, ativistas, artistas, dentre outras referências no campo da diversidade na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Desde sua idealização e criação, pelas instâncias de maior poder hierárquico na estrutura da Universidade, foi identificada a relevância de profissionais da área de Psicologia, devido à compreensão de que a demanda escutada e acolhida deve ser encaminhada e “resolvida” de modo eficaz e humano – o que pode ser corroborado

pela atuação de profissionais com conhecimento técnico em saúde e sofrimento psíquico.

No meu papel, isso se faz presente ao entender que as relações acadêmicas e institucionais estão causando sofrimento para o sujeito e o quanto o Núcleo deve ser responsável por dar uma devolutiva de empoderamento para este sujeito. Isto acontece não apenas com a escuta humanizada e acolhedora, mas com o respaldo ao sujeito sobre os deveres do outro dentro da instituição, implicando em penalidades e punições para atos preconceituosos e violentos, bem como pelo acesso à informação do sujeito sobre seus direitos enquanto pessoa física e dentro de uma rede.

Além disso, é importante entendermos o quanto precisamos desenvolver uma escuta a partir do nosso lugar técnico e científico, mas que também implica em um lugar de desconhecimento sobre a realidade do sujeito enquanto ser humano integral e da qual buscamos que ele se aproprie em nossa atuação. Mais do que isso, temos percebido que as questões de preconceito e violência tem se tornado um problema de saúde pública dentro da Universidade, a partir da identificação pelo serviço de Psicologia da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) sobre os motivos para a elevada taxa de abandono dos cursos acadêmicos e, principalmente, sobre a prevalência de sintomas e transtornos de saúde mental que surgem como demanda dos alunos ao recorrerem a este serviço. Diante disso, o NUGEN tem sido sinônimo da criação de estruturas e redes de apoio dentro da Universidade, aliados a normativas de comportamentos e penalidades para que as pessoas percebam o prejuízo de alguns comportamentos que tem sido dito como naturalizados, mas que causam sofrimento psíquico, configurando-se em estratégia de política pública implementada.

4.5 A importância do NUGEN e da Psicologia na construção de políticas públicas ao longo da história

A medicina moderna surgiu com a emergência que os Estados tinham para controlar a população e determinados comportamentos, remetendo à questão da docilização dos corpos. Com o crescimento da ciência médica e o seu fortalecimento como verdade, também foi institucionalizado o poder do conhecimento médico sobre o indivíduo. Assim, o poder fica com aquele sujeito que detém o conhecimento para a cura da “doença”, já que esta assola as populações. Mas nessa estrutura, os médicos tem o poder não apenas sobre a vida e a morte, ou sobre a cura em si, também o poder sobre o próprio corpo.

Enquanto essa estrutura de poder surgia e era mantida, a Psicologia nasceu como ciência independente em meados do século XIX, tendo dificuldade em se firmar enquanto ramo de conhecimento pela sua pluralidade dos seus campos de conhecimento e pela dificuldade de conferir caráter científico a esses campos, de acordo com o contexto histórico-cultural da época (FIGUEREDO, 2008). No início, foi marcada pela análise de comportamentos, juntamente com significativa tendência biológica, mas ao longo do campo foi ainda mais ramificada. Por exemplo, hoje é possível que uma teoria da psicologia tenha mais afinidades com ramos da sociologia e da filosofia do que com as ciências biológicas, em função desta pluralidade mencionada. Também existem ramos que se aproximam mais das lógicas biológica e biomédica, ou perpassam entre ambas.

A situação da psicologia científica, portanto, é curiosa. Por um lado, reivindica um lugar à parte entre as ciências (e para isso criam-se faculdades e institutos de pesquisa em psicologia); ao mesmo tempo o psicólogo prático exige que sua competência específica seja reconhecida (e para isso existem órgãos como os conselhos de psicologia que excluem a presença de outros profissionais nas áreas de atuação legalmente reservadas ao psicólogo). Por outro lado, não conseguiu desenvolver sem estabelecer relações cada vez mais estreitas com as ciências biológicas e com as da sociedade. (FIGUEREDO; SANTI, 2008, p. 16)

No Brasil, a psicologia ainda se apresenta voltada para o campo biológico, sendo marcada por um fundamento patológico sobre a saúde mental. Seu

fundamentalismo no país surgiu junto com o movimento higienista, sendo assim, abordava temas como o tratamento em doenças mentais, formação da moral e a manutenção da higiene mental. Dentre os percursores da psicologia no país estavam médicos, juizes, educados, dentre outros profissionais que constituíam os ideais do Movimento Higienista no Brasil, segundo palavras de Figueredo e Santi (2008).

Com o nascimento em bases biomédicas, e um pensamento pautado no diagnóstico a psicologia encontra grande dificuldades de “despatologizar” os indivíduos que possuem algum tipo de sofrimento mental, por mais que tenhamos hoje um pensamento que queira desmitificar esses ideais e criar uma independência, ainda dependemos de um sistema pautado na “doença”. Consequentemente, para se propor ajuda a esses indivíduos que sofrem precisamos nos adequar ao sistema, mas incumbidos na luta, a psicologia sempre em buscando novas maneira de se pensar o humano e seu sofrimento e novas linhas que pensam diferentes abordagens e formas de se enxergar e entender as singularidades .

Esse é um dos motivos pelo qual ainda não conseguimos desvincular a transexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição (DSM-V) – por mais que não seja considerado mais doença, ainda se encontra no mesmo como uma Disforia de Gênero, e por isso também temos dificuldade em oferecer acompanhamento sem que as pessoas estejam associadas a um diagnóstico e rotuladas por ele. Até os dias atuais, nós, profissionais da psicologia, perpetuamos um diagnóstico médico, vinculado ao modelo biomédico, o que se torna problemático já que por mais “humana” que seja a Psicologia, não se desvincula de uma raiz conservadora e excludente do sujeito “louco ou diferente”.

Assim, refletimos e questionamos de quem é o poder sobre vida e morte. Podemos pensar, no contexto deste trabalho, que seja das instituições que moldam como devemos agir e ser. Neste sentido, a medicina é uma instituição que exerce poder significativo sobre nossas vidas, classificando o que é normal ou não, saudável ou não. Em meio a tudo isso, ela também determina, ainda hoje e em uso deste poder institucionalizado e intelectual, como devem ser os corpos de cada pessoa, como já citado. Isso implica voltarmos para a questão da sexualidade heteronormativa, ignorando as diferentes e inúmeras expressões de gênero e encarando-as, muitas vezes, como processo de adoecimento e objetificação. Afinal, esta é a perspectiva do modelo biomédico: entender que algo que não está

conforme o padrão pré-determinado é patológico e está sendo “causado” por alguma anormalidade biológica (passível de alteração em busca de “cura”, por ser objeto), sem considerar os aspectos psicossociais e culturais.

Algumas formas de atuação psicológica também estão implicadas e influenciadas por esta padronização dos comportamentos e, conseqüentemente, dos corpos. Isto torna-se uma problemática sobre a qual devemos refletir, visto que o sujeito que busca atendimento psicológico por estar sofrendo pode, muitas vezes, ser diagnosticado e rotulado, sendo levado a imergir ainda mais em seu sofrimento.

Apesar disso, neste trabalho me atento para a Psicologia enquanto ciência e profissão, como um todo. Afinal, esta sim tem sido marcada e percebida por possibilitar a aquisição de um olhar diferenciado para as questões da subjetividade e individualidade. Isso é importante na construção de políticas públicas, pois temos a tendência de pensar sob o ponto de vista “macro” – que considera um padrão generalista –, o que nos impossibilita de abarcar o sujeito como um todo na sua especificidade e singularidade. Como consequência dessa tendência, os profissionais que entendem e se restringem, por exemplo, apenas à sexualidade heteronormativa, não identificam todas demandas do sujeito porque não são capazes de entender e apreender a sua realidade.

Mais do que isso, nas políticas públicas com esse papel inserido e a aquisição desse olhar diferenciado, vamos para além da escuta humanizada e qualificada tecnicamente, desenvolvendo uma atuação profissional de atendimento humanizado e eficaz, que proporciona uma resolução administrativa, legal e prática, por exemplo, para as denúncias. Isto significa, em outras palavras, considerar o aspecto “micro” na construção dessas políticas públicas e de uma atuação diferenciada. Também podemos considerar que políticas públicas, na sua essência, são constituídas por diversas ações, as quais tem sido desenvolvida com o papel da psicologia no NUGEN, como fichas de identificação/acompanhamento e encaminhamento. Afinal, essas ações só podem ser tomadas justamente porque a psicologia induz ou guia para o olhar do quanto o sujeito está sofrendo. O papel da psicologia nessas políticas públicas também se forma no cotidiano, acolhendo o aluno ao invés de assumir o papel de instituição e tornar o profissional uma figura opressora e de julgamento, já que esta figura se torna muitas vezes o motivo pelo qual o indivíduo não aciona a rede ao pedir ajuda e apoio para suas demandas.

É possível dentro das amarras institucionais se compreender e dar vazão ao sofrimento humano? No meu papel no NUGEN, as responsabilidades que exerço em minha área de atuação são, a meu ver e conforme já citei, de extrema importância. Porém, a instituição como um todo ainda é marcada pela compreensão do senso comum de que “escuta qualquer um pode dar”. Essa frase foi ouvida por mim e outros membros atuantes no NUGEN muitas vezes, e por isso tem sido necessário o processo de mostrar a significância e os significados, dentro dessa maquinaria hierárquica, de desenvolver uma escuta especializada, pois o profissional da psicologia é visto como importante apenas quando se tem uma situação já crítica ou limite, quando a demanda é maior do que o sistema pode resolver.

Dentro do projeto de estruturação das políticas contra o assédio dentro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deveria ser pensada em uma capacitação continuada para lidar com demandas específicas que a campanha e que o núcleo explicita. Ao analisarmos as pautas que o núcleo traz, percebemos que são recentes e muitos profissionais desconhecem as vivências e as realidades de uma pessoa transgênero na sociedade atual, desconhecendo, por consequência, a existência de um corpo que é socialmente tornado invisível. A instituição precisa romper com os pensamentos generalistas para lidar com essas demandas específicas, já que tais pensamentos são provenientes de uma lógica que não considera as diferenças e não trabalha para as minorias, mas reproduz a exclusão. Esta ruptura pode colaborar, a longo prazo, com a formação e capacitação dos alunos e profissionais.

Durante este período de atuação no Núcleo, atuando na Instituição, tenho buscado parcerias de outros profissionais para atuar frente às demandas. Porém, as frequentes negativas de atuação conjunta me fazem pensar sobre alguns tópicos, como o quanto a falta de uma rede de apoio com suporte de supervisão acadêmica, por exemplo, pode prejudicar ou limitar o acolhimento aos sujeitos que procuram o Núcleo, de modo direto ou indireto. Isso reforça os conceitos de biopolítica e institucional, já debatidos anteriormente, bem como a questão de redes de apoio e atendimento humanizado. Afinal, as pautas do NUGEN (incluindo assédios e outras formas de violência, por exemplo) são tornadas invisíveis – o que está associado à invisibilidade dos corpos transgênero e colabora para a não percepção de sua relevância e do sofrimento gerado para estes sujeitos.

Como bolsista, tentei diversas parcerias para supervisão e muitas vezes encaminhamentos, por vezes senti que minha voz era inútil, pois a demanda de serviço na área da saúde mental é imensa e os profissionais sempre sobrecarregados. Alguns nem ouviam a proposta, e hoje, pensando institucionalmente e analisando cargos institucionais para esse trabalho, percebo que essas negativas e não validação da importância do núcleo é mais um sintoma dessa maquinaria doente, que cada vez mais produz esse sintoma e não dá conta dele. Redes foram tentadas dentro de outros núcleos como a PRAE e o próprio serviço escola de psicologia, mas ambos estão sobrecarregados, uma vez que a demanda é muito grande.

Questiono, com essas reflexões, se os profissionais e a própria instituição não se percebem como capacitados para lidar com as demandas geradas pelo Núcleo. A demanda de saúde mental nesta Universidade é muito significativa e prevalente, como pode ser exemplificado, com a observação de assédio institucional que está adoecendo seus alunos, técnicos e professores – prejudicando ainda mais os próprios alunos por não terem facilidade de acesso aos serviços de saúde mental. Cabe observar que esta falta de capacitação pode ser em decorrência do próprio sofrimento e da própria invisibilidade atrelados às demandas, já que os profissionais que lidam com isso precisam estar saudáveis para ter contato com este sofrimento sem que eles mesmos adoeçam.

Podemos trazer como exemplo, novamente, a parte da estória contada em que a professora, por não compreender a realidade do aluno, reafirma que não consideraria, propositalmente, a sua identidade social. Aqui, a análise desta situação é sobre o sujeito tornado invisível, com esse corpo “diferente” silenciado e a sua consequente crise existencial acompanhada de sofrimento.

Também reflito se esse modelo que aplicamos está dando conta dessa demanda. Realizar uma campanha de assédio sem capacitar profissionais poder ser a solução? Será que a universidade está preparada para lidar com estas demandas expostas? Posso explorar essas reflexões com a analogia da “bola de neve”. A Instituição tenta subverter com os comportamentos naturalizados, pois percebe que o tempo muda os valores e que essas condutas são geradoras de problemas financeiros e de saúde pública. Mas essa instituição limita a si mesma nessa mudança por ser contra sua própria estruturação, já que não consegue acompanhar as mudanças sociais, trabalhando com a mesma constituição institucional de antes,

inclusive em termos de relações de poder como um todo. Ao mesmo tempo, os sujeitos que estão cada vez mais inseridos nessa Instituição têm desempenhado papel de confrontar a lógica patriarcal, machista e hierárquica na qual a instituição se baseia, mesma lógica em que seus indivíduos constituintes se pautam. Assim, a referida campanha de assédio não seria realizada se além da demanda, não houvesse sensibilização dos profissionais frente ao sofrimento que é parte desta demanda e das forças de resistência.

Se continuarmos essa discussão sobre a atuação da psicologia e o papel do NUGEN na construção de políticas públicas para a população LGBTI+, também poderemos questionar e refletir sobre as estruturas de poder a partir dos espaços físicos. Durante a minha graduação dentro da Faculdade de Medicina, percebi o esforço dos professores e alunos para adquirirem espaços próprios na unidade. Afinal, historicamente, trata-se de um centro que era propriedade do curso de Medicina e isso ficou institucionalizado até atualmente no sentido de tornar necessárias algumas lutas. Quando falo em lutas, utilizo o termo para retomar o sentido dos movimentos realizados pela população LGBTI+, a partir da ocupação e da resistência que precisam ser feitos por parte das minorias. Ter um espaço dentro da universidade significa visibilidade e poder. Sendo assim, o NUGEN ter um espaço para atendimentos significa dar mais visibilidade às demandas dos sujeitos LGBTI+, constituindo-se em uma afirmativa de que as políticas públicas estão sendo realizadas neste espaço físico, acadêmico e universitário. Este espaço seria simbolizado por uma sala de uso por diversos estagiários e profissionais, de diferentes áreas, atuantes no NUGEN – sala que até hoje não foi cedida ao Núcleo, considerando como possíveis causas os aspectos apontados anteriormente. Como os alunos são a maior demanda do Núcleo, é fundamental salientar a importância deste estar em um local que ocorram aulas e tenha a presença constante de estudantes, visto que é um espaço de inclusão e que serve à comunidade acadêmica, e, estar presente no cotidiano faz e com que os mesmos se familiarizem e ocupem o espaço que é deles e para eles.

Voltando ao exemplo que está sendo utilizado, quando João tenta o primeiro contato com o Núcleo, demora um tempo significativo para encorajar-se quanto à exposição que seria necessária. Portanto, precisou primeiro familiarizar-se com as pessoas que ali estavam. Além disso, esperou por um momento em que tivessem poucas pessoas no Núcleo, o que salienta a importância de uma sala para

acolhimento, visto que o sujeito em sofrimento não se sente acolhido, sequer à vontade, para expor suas demandas em uma sala que está sempre cheia de pessoas estranhas a ele.

5 Discussão dos resultados

Tentar entender como a organização adoece o sujeito é necessário para proporcionar a criação de uma política pública que, além de protegê-lo, garanta a ele os direitos de ocupar esse espaço. Retoma-se aqui o exemplo do apêndice A, em que uma professora se recusa a chamar o aluno pelo nome social. Nesta situação, quando este aluno procura o Núcleo em sofrimento, após, às vezes, anos de humilhação e não “aguentando” mais, o principal é encaminhá-lo a um serviço que acolha esse sofrimento, dentro da esfera pública ou privada. Logo em seguida, é necessário encaminhar esta demanda para os serviços da própria Universidade, a fins de efetuar a mudança de nome no sistema interno da instituição. Afinal, em conversa informal com o Centro de Registros Acadêmicos (CRA), foi obtida a informação de que mesmo sem a documentação comprovatória exigida, é permitido que o aluno faça essa solicitação de mudança.

A Psicologia, por um longo tempo de sua existência como ciência, justificou a homossexualidade como doença e contribuiu para o estabelecimento de discurso de ódio. Afinal, como citado anteriormente, por ter sido reconhecida, predominantemente, no campo biomédico, tendo algumas bases na psiquiatria, ela própria seguiu este discurso no sentido de promover e reforçar o isolamento e o preconceito de pessoas homossexuais. Foi somente no DSM III que a homossexualidade deixou de ser descrita como doença, vale salientar que esta mudança se deu principalmente por ativistas e movimentos sociais que no século XX passaram a ocupar cadeiras e reuniões da *American Psychiatric Association* (APA), expondo todo o sofrimento e as consequências deste diagnóstico.

Neste sentido, é importante entender o preconceito institucional que perpassa as relações sociais dentro da Universidade e a causa pela qual alguns sofrimentos são silenciados nessa grande teia de relações. Mas antes, também é preciso retomar a estória e perceber o quanto o próprio sujeito em sofrimento, devido às violências que sofre cotidianamente, precisa quase que justificar o seu sofrimento, demorando para validar aquilo que sente pois, afinal, a sociedade como um todo e, muitas vezes, a sua própria família não valida nem considera este sofrer por “argumentar” que ele seria o responsável por isso (peso de a transexualidade não ser mais considerada como doença, mas continuar sendo percebida como fora da normatividade).

Corroborando com o reconhecimento da expressão e de seus significados, alguns autores consideram o conceito *LGBTfobia* institucional, que resumidamente é a maneira como as instituições e suas ramificações usam para excluir, ou reproduzir violências contra pessoas LGBTI+, seja por ações ou omissões de atitudes discriminatórias, o exemplo citado acima, corrobora com *LGBTfobia*.

Diante da demanda observada pela bolsista de psicologia dentro do NUGEN, pensou-se o acolhimento humanizado como a melhor maneira de amparar e encaminhar o sofrimento dos sujeitos que ali chegam. Essa lógica de acolhida ao sofrimento do indivíduo procura, através da conscientização de quem faz o acolhimento, ter um olhar diferenciado para as demandas específicas de cada pessoa. Fundamentado na cartilha do “HumanizaSUS” que auxilia os profissionais da saúde.

A Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS - HumanizaSUS (2003) considera que sujeitos sociais, atores concretos e engajados em práticas locais, quando mobilizados, são capazes de, coletivamente, transformar realidades, transformando-se a si próprios neste mesmo processo (Benevides & Passos, 2005). O HumanizaSUS aposta que é possível construir vínculos entre os diversos profissionais nas equipes e com usuários para produzir graus crescentes de autonomia e co-responsabilidade. Aposta na criação coletiva de saídas e na atuação em rede. (Cartilha Humanizasus, 2011 p.43)

Vale salientar que o atendimento humanizado é diferente do acolhimento especializado. O primeiro pode ser feito por qualquer pessoa que se encontre no núcleo quando o sujeito acessa seus serviços. Incorporando esse tipo de atendimento, o Núcleo tem como objetivo amparar esse sofrimento que muitas vezes não é compreendido por outros órgãos que também lidam com esse tipo de demanda. O acolhimento psicológico especializado tem uma escuta diferenciada, a escuta clínica tem um olhar voltado para esse indivíduo e suas singularidades e importante para fazer os devidos encaminhamentos para as redes especializadas.

Na estória contada no apêndice A, vemos o quanto o acolhimento humanizado, a escuta e respeito ao tempo de cada um é necessário, pois foi respeitado o tempo do aluno para que o mesmo se sentisse confortável em trazer a

publico suas questões. Isto também está associado ao observado anteriormente, sobre o quanto o próprio sofrimento é “ignorado” por não ser acolhido.

Dentro das tantas letras da comunidade LGBTI+ existem diversos tipos de lutas, mas uma só em comum, é a luta pela sobrevivência e pelo direito de ser quem quer ser. Quando o estado não apoia essa população, está fadando ela a marginalidade e à morte eminente. As mortes de LGBTI+ no Brasil e no mundo sempre são com requintes de crueldade, isso se atravessa também pelo fato de não reconhecer e desumanizar esses corpos diferentes.

Os conceitos abordados ao longo do trabalho servem para analisar uma construção histórica de controle dos corpos excluídos e marginalizados, com o intuito de repensar as formas de controle e proporcionar uma leitura de resistência e maneiras que estes corpos subversivos tem para escapar desse poder de controle e as maneiras que subvertem ao sistema. A escolha dos autores se passou por uma afinidade de pensamento e lutas, além de um encadear o outro e por consequência completarem os conceitos.

O levantamento dessas críticas vem para mim como uma forma de me pensar enquanto profissional e pensar como poderei ajudar as minorias com um olhar diferenciado e humanizado para o outro, rompendo com o saber biomédico em que o detentor do conhecimento é o protagonista e o dono da “verdade”, mas sim tentar construir com os sujeitos e grupos as concepções e suas “verdades” e vivências.

Acredito que falta no Brasil mais estudos sobre as relações sociais dentro das universidades e também um estudo mais aprofundado sobre essa onda de adoecimento coletivo de seus alunos, professores e servidores. O alto índice de desistência e afastamento do trabalho, pode ser analisado sobre as formas e relações de poder dentro do ambiente que adoecem os sujeitos.

O ambiente universitário não deixou ainda de ser uma organização das instituições de controle, mesmo que de dentro dela saiam corpos subversivos, que a todo momento tentam ocupar esses espaços e muda-lo. Acredito que mesmo com o retrocesso político que estamos vivendo e sucateamento das universidades, as minorias, que nas últimas décadas conquistaram esses espaços vão, sim, lutar pela permanência neles.

6 Considerações Finais

Esse trabalho surgiu das inquietações que tive durante o tempo de bolsista do NUGEN e as dificuldades que passei, desde tentar espaço para acolhimento até tentar uma supervisão para realizar acolhimentos e encaminhamentos. Diante da demanda de sofrimento que o núcleo expõe, com ajuda do que aprendi enquanto fazer e ser psicologia e nos conhecimentos e referências que tive, consegui trabalhar para construir políticas de humanização e acolhimento dentro desta universidade. O trabalho como bolsista também possibilitou conhecer outros setores dentro da universidade e fora dela, na busca de redes de atendimentos para as pessoas que buscavam acolhimento, mesmo diante das negativas recebidas.

O processo de construção desse trabalho, em si foi de desconstrução de mim também, pois tive que romper paradigmas e pensamentos pré - concebidos dentro de mim para conseguir analisar. Tentar pensar que as vezes o preconceito não é do indivíduo, mas sim reproduções de uma vida, e que este trabalho possa servir para as instituições e pessoas se autoanalisarem na busca por políticas e acolhimento, além de romper com seus paradigmas.

A pensar psicologia e as suas infinitas formas de atuação, para mim é algo excepcional, me faz pensar em como vou ser no futuro e enquanto psicóloga vou poder ajudar na construção de melhorias para as pessoas, o quando valorizar o ser humano e suas singularidades é importante e ter esse olhar diferenciado diante do sofrimento e da demanda que nem sempre é acolhida.

Tenho a convicção de que esse trabalho possa servir como forma de reflexão para diversos profissionais a analisarem e pensarem o seu lugar no mundo e como diante do seu potencial mudar a realidade e subverter aos sistemas de controle, o pensar e ser universitário é contribuir para a sociedade e melhoramento da população.

7 Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **SOBRE POLÍTICAS DE GOVERNO E POLÍTICAS DE ESTADO: DISTINÇÕES NECESSÁRIAS**. 2016. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Danilo. **POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE SÃO E PARA QUE EXISTEM**. 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BAREMBLITT, Gregorio. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos Ltda, 1994.

BENELLI, Sílvio José. **A Instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar**. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-252, Dec. 2004 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2004000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Dec. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2004000300008>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde / Ministério da Saúde**, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. ed. 5. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível também em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_textos_cartilhas_politica_humanizacao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Imagem Virtual, 2003. Disponível em: <<https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2017/04/butler-problemasdegenero-ocr.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. **Estresse: revisão narrativa da evolução conceitual, perspectivas teóricas e metodológicas**. *PSICOLOGIA, SAÚDE & DOENÇAS*, 2013, 14 (1), 78-100.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco**. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 90-118, ago. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464872019000200090&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 dez.2019. Epub 09-Set-2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.06.a>

FIGUEREDO, Luiz Claudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia: Uma (nova) introdução**. 3. ed. São Paulo: Educ- Editora da Puc São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/xj94of0k86cni9/Psicologia%20%28uma%29%20nova%20introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de Saber**. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Graal, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: Curso no Collège de France (1974 -1975)**. 1. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em: https://monoskop.org/images/6/62/Foucault_Michel_Os_anormais.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

FREITAS, Regina Helena de. História da psicologia: pesquisa, formação, ensino. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, [s.l.], p.21-45, 2008. Centro Edelstein. <http://dx.doi.org/10.7476/9788599662830>.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GRUDA, Mateus Pranzetti Paul. **Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma Psicologia Social Crítica. Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 2, p.514-526, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082016000200019&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 dez. 2019.

L'ABBATE, Solange. **A análise institucional e a saúde coletiva**. Ciência & Saúde Coletiva, [s.l.], v. 8, n. 1, p.265-274, 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232003000100019>.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero** / Letícia Lanz – Curitiba, 2014.

LIMA, Fátima. **Corpos, Gêneros, Sexualidades: Políticas de Subjetivação: Textos Reunidos**. 2. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **O MINISTÉRIO PÚBLICO E A IGUALDADE DE DIREITOS PARA LGBTI: Conceitos e Legislação / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão**, – 2. ed., rev. e atual. – Brasília: MPF, 2017. Disponível também em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/o-ministerio-publico-e-a-igualdade-de-direitos-para-lgbti-2017>>. Acesso em: 28 out. 2019.

PEREIRA, Wilza Rocha. **Algumas contribuições da análise institucional para estudar as relações entre os serviços públicos de saúde e a sua clientela**. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 53, n. 1, p. 31-38, Mar. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672000000100005&

Ing=en&nrm=iso>. access on 05 Dec. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672000000100005>. Electronic Document Form.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 2, n. 20, p.20-22, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001>. Acesso em: 28 out. 2019.

SEBRAE/MG. **POLÍTICAS PÚBLICAS: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: 2008.

VEJA (Org.). **Leia a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

APÊNDICE – Estória de um corpo trans

João, estudante universitário, transgênero, homem, gay, passou uma tarde inteira observando o espaço onde se localiza o NUGEN, avaliando quem o frequentava. Levou um tempo para criar motivação e decidir entrar no Núcleo, dispondo-se a conversar e compartilhar com a equipe as vivências de um “amigo que queria ajudar”. Procurou o núcleo pois estava incomodado com a situação que o “colega” estava enfrentando em seu curso e na relação com alguns servidores públicos federais.

Relatou que “ele” estava sofrendo LGBTfobia por parte de uma professora que se recusava a chama-lo por seu nome social. A professora alegava que o uso do nome indesejado ocorria pois era o que constava no sistema da universidade; na biblioteca, alguns servidores insistiam em chama-lo pelo pronome errado. Após ouvir o que era o núcleo e saber quais medidas podiam ser tomadas para ajudar seu “amigo” decidiu entrar como voluntario no NUGEN e fazer parte da equipe, participando assim de algumas atividades.

Passados cerca de dois meses, em uma oportunidade, estavam dois voluntários da psicologia no espaço, João decide se abrir compartilha com a equipe que a história de seu “amigo” na verdade era dele e sua professora ainda se recusava a chama-lo por seu nome social. João desejava realizar a alteração do seu nome social no sistema interno da universidade adequando-se a sua auto identificação, no entanto, havia um pequeno agravante, João era menor de idade e seria necessária a autorização de um responsável legal, sua mãe. Na circunstancia, foi questionado se sua mãe poderia acompanhá-lo até o CRA para fazer a alteração. João relata que sua mãe, apesar de trata-lo no masculino e chama-lo pelo nome escolhido por ele, ainda tinha algumas dificuldades com relação a sua identidade de gênero. João também relatou sobre seu desejo de iniciar o processo de hormonização e fazer a cirurgia de redesignação sexual. No núcleo, João foi orientado sobre os programas que a prefeitura da cidade de Pelotas oferece à população LGBT+ que pudessem auxiliá-lo, entre eles, a hormonização de pessoas transsexuais além de um grupo para familiares de pessoas transsexuais, ambos oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde; a bolsista então se propôs dialogar com a mãe de João, caso se sentisse confortável. João preferiu adiar sua resposta e decidiu refletir sobre esta possibilidade, suas ressalvas estavam relacionadas a

experiências negativas que a mãe de João tivera anteriormente com profissionais da psicologia e, por isso, não permitia que João fizesse terapia e apenas tratamentos médico-psiquiátricos e uso de medicação.

Após alguns meses, João vem ao núcleo emocionalmente desestabilizado, em choro, alegou que uma professora se recusava a aceitar o seu nome social. A mesma, em uma prova, riscara o nome do estudante sobrescrevendo-o com sua letra e substituindo pelo que estava em registro, além de afirmar que não corrigiria mais nenhuma prova dele que tivesse com seu nome social. A docente era a única, dentre seus colegas e professores, que não o respeitava e ainda fazia questão de reafirmar a todo momento que João era uma mulher. Quando questionada, usava como justificativa o sistema burocrático da universidade em que, por “regra” institucional, deveria respeitar a chamada oficial, mesmo após saber que estas atitudes desrespeitavam, em primeiro lugar, o aluno.

João, mais calmo e acompanhado de seu namorado, decidiu ir para casa. O núcleo então, entrou em contato com a mãe de João, aqui chamada de Maria, e explicou o que estava acontecendo. Maria, moradora de uma cidade vizinha, foi informada sobre a situação de seu filho, decide então vir a Pelotas e conversar com João. Após ouvi-lo, Maria procura o CRA para solicitar a alteração do nome do nome de João na instituição, também decide ir ao cartório, para iniciar a retificação do nome de João em sua certidão de nascimento. Uma semana depois, Maria procurou o núcleo para saber o que poderia ser feito em relação a professora, quais medidas institucionais a serem tomadas com relação ao desrespeito sofrido por João. Foi informada dos procedimentos a serem tomados tanto dentro quanto fora da universidade e que o núcleo já havia encaminhado um memorando para a professora e para a direção do curso, reportando o acontecido e cobrando medidas corretivas com possibilidade de agravantes administrativos. A mãe também quis informações sobre o grupo de apoio para familiares de pessoas transsexuais, oferecido pela prefeitura, e como poderia participar.

Após o ocorrido, João foi a algumas reuniões do núcleo e relatou que a relação com sua mãe havia melhorado. Contou que, mesmo que Maria não estivesse frequentando o grupo de apoio e, apesar de ainda ter resistências ao encaminhamento dele ao atendimento psicológico, mostrou abertura no reconhecimento de sua identidade de gênero e sua forma de se reconhecer no

mundo. O núcleo manteve sua posição de disponibilidade para João, Maria e ao restante de sua família, caso os mesmos necessitassem de algo.